

DITADURAS EM CAMPO OU O FUTEBOL NO CAMPO DAS DITADURAS? REFLEXÕES SOBRE AS COPAS DE 1970 NO BRASIL E 1978 NA ARGENTINA.

Ernesto Sobocinski Marczal*

Nos últimos anos temos verificado o crescimento dos estudos sobre o futebol como fenômeno sociocultural intrinsicamente ligado a nossa história recente. Embora não possa ser apartada de um universo esportivo mais amplo, não é incomum a percepção da modalidade, em espaços e temporalidades específicos, como um evento dotado de uma lógica e organização próprias, cujos desdobramentos e significados a colocariam como um traço cultural singular.

Talvez um dos traços mais impactantes desse processo esteja no cultivo gradual de diferentes parâmetros de identificação, notadamente em níveis locais, regionais e nacionais. Um ciclo constante de (re)produção da associação do futebol com a população, em especial com seus entusiastas mais aficionados, o qual perpassa obrigatoriamente pelo arranjo de elementos subjetivos e afetivos, de modo a ultrapassar os dados mensuráveis obtidos em campo. Exemplo disso é o comportamento dos torcedores dentro e fora dos estádios, os debates acalorados em torno do desempenho das equipes, a tradição, em acordo com a percepção cunhada por Hobsbawm e Renger (1997), adicta a determinado clube ou seleção, bem resumida no famoso chavão do “peso da camisa”. São elementos que extrapolam uma simples racionalização do embate esportivo, propagando-se através de diferentes construções narrativas, passíveis de múltiplas apropriações e interpretações.

Como indicam algumas das reflexões propostas por Ribeiro (2004, 2012) são justamente as dimensões afetivas e subjetivas os fatores preponderantes aos usos e desdobramentos políticos correlatos ao futebol, sobretudo nas relações firmadas com atores localizados fora da estrutura esportiva. É o caso de instituições diversas, tais como governos, partidos e outras agrupações que se acercam do futebol como um meio para promover seus projetos e capitalizar o apoio popular. Afinal, não são os resultados ou os títulos decididos em campo os responsáveis em si pelo seu potencial político, mas as reações que suscitam junto à população. Desse modo a aproximação de atores externos, destacadamente o Estado, se situa antes nos termos de uma gestão dos afetos, emoções e paixões (ANSART, 2000) do que uma manipulação desmesurada dos sujeitos. Os laços políticos tecidos a partir do futebol se situam em uma rede relacional, permeada por múltiplos nós e pontos de tensão, ao revés de uma disposição linear de forças, onde o processo de construção de sentidos políticos se situaria sob a rigidez do trinômio: apropriação, ressignificação, imposição.

Porém, ainda que os estudos venham buscando outras formas de interpretação política do futebol, ainda resulta difícil escapar de uma compreensão restritiva. A percepção dicotômica entre a razão e paixão,

* Aluno do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Bolsista PDSE da CAPES n. 18790/12-7. Membro do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade (UFPR).

com uma nítida supremacia da primeira sobre a segunda, ainda mantém um enraizamento predominante, de maneira a sufocar a dispersão de outras probabilidades de compreensão. Mesmo com a ciência da abrangência da experiência política do futebol, sua apreciação permanece majoritariamente restrita a alguns momentos limite, em particular aos contextos autoritários.

Na América Latina, as experiências ditatoriais militares no Brasil (1964-1985) e na Argentina (1976-1983) são recorrentemente visualizadas como sintomáticas nessa percepção instrumentalista do futebol. Nestas conjunturas dois instantes estão enraizados na memória como exemplos paradigmáticos da relação estabelecida entre os respectivos estados autoritários e o esporte: as Copas do Mundo de 1970 e 1978.

A primeira, realizada no México, resultou na conquista do tricampeonato para a equipe verde amarela em um momento no qual o país convivia com o início da administração do general Médici, um dos períodos de maior controvérsia e violência do regime militar brasileiro. Já a segunda foi sediada pelos próprios argentinos em meio a ditadura do autointitulado *Proceso de Reorganizacion Nacional*, então chefeada pela junta militar composta pelo Almirante Emilio Eduardo Massera, o Brigadeiro Orlando Ramón Agosti e o Tenente-General Jorge Rafael Videla, o qual também ocupava o cadeira de presidente (NOVARRO e PALERMO, 2007). Além de organizar o evento o país também presenciou o primeiro título da seleção local, o qual foi acompanhado da festa popular que se distendeu dos estádios para as ruas de diversas cidades. A celebração contrastava com as denúncias, sobretudo a partir do exterior, quanto à repressão e terror impressos pelo Estado.

A partir dessas considerações iniciais, atentamos para as Copas de 1970 e 1978 em suas relações com os respectivos panoramas ditatoriais, a fim de apurar algumas de suas variáveis correlações para além da instrumentalização estatal. Nesse exercício tentaremos estabelecermos uma análise comparativa entre as duas conjunturas para delinear os múltiplos enlaces tecidos a partir do futebol como fenômeno cultural de forte apelo emocional e massivo, além de focar possíveis aproximações e distanciamentos.

Brasil 1970: o tricampeonato entre usos discursivos e intervenções

Embora o período de gerência militar sobre o Brasil tenha se estendido ao longo de duas décadas, perpassando por várias competições de Copa do Mundo¹ foi o mundial do México, em 1970, único em que a seleção nacional sagrou-se campeã durante esse intervalo, o evento que adentrou a memória como o ponto culminante da ação da ditadura sobre o futebol. Sem dúvida a conjuntura vigente no momento foi um dos fatores preponderantes nesta associação. O início da administração do General Emilio Garrastazu Médici dava continuidade ao período de maior recrudescimento da ditadura, iniciada na passagem de seu antecessor, o General Arthur da Costa e Silva, cujo marco repressivo foi justamente o infame Ato Institucional n. 5.

¹ Ao longo desse período o Brasil disputou as Copas da Inglaterra (1966), México (1970), Alemanha Ocidental (1974), Argentina (1978) e Espanha (1982).

Intervalo que se tornaria correntemente conhecido como “os anos de chumbo”, em que o país estaria sobre o comando dos quadros mais duros das forças armadas (ALVES, 2005).

Além disso, convivia-se com os instantes de relativa ebulição econômica, marcada pelas elevadas taxas de crescimento, o aumento da oferta de emprego em determinados setores, em parte motivada pelo investimento público em obras infraestruturais, e da capacidade de consumo de setores médios e mais abastados da sociedade. Era o alardeado Milagre Brasileiro, cujos efeitos, amplamente lembrados ao tratar deste instante, só se fariam sentir de maneira mais efetiva após o mundial de 1970.

A simples convergência do êxito esportivo na Copa com o momento sociopolítico em questão já seria motivo suficiente para a ebulição de leituras vinculado o futebol ao quadro ditatorial. Porém as particularidades que envolveram o processo de preparação da equipe e a disputa do torneio contribuiriam para a pavimentação de uma percepção intervencionista sobre a seleção nacional. Aspectos como a militarização da comissão técnica e a substituição do treinador da equipe a poucos meses da competição, são recorrentemente assinalados como provas irrefutáveis da ação do governo sobre o escrete canarinho². Demonstrações não só do interesse deste pelo bom desempenho da equipe, mas de sua ação direta sobre a mesma. Sob tal percepção, o mundial de 1970 não seria alvo apenas dos discursos construídos a partir da vitória esportiva, algo que, é importante dizer, não constitui uma prática restrita às administrações autoritárias ou mesmo ao Estado. Assim o bom desempenho da seleção se converteria em espécie de obra do regime, onde o desempenho obtido nos gramados caminharía de mãos dadas com a construção de uma aura de legitimidade e apoio popular ao projeto de nação desenhado pela ditadura. O suporte ao time de Pelé, Tostão, Gerson e Rivelino, como representantes de um Brasil nação ordeiro e coeso, se transformava em adesão aos ideais de desenvolvimento levados a cabo pela auto titulada revolução de 1964. Ao mesmo tempo em que contribuiriam com a formulação de uma imagem ideal de nação objetivada pelo regime, atuaram para enublar o raciocínio político popular, desviando a atenção de problemas de problemas urgentes, inclusive dos permanentes arroubos autoritários, da intensificação dos mecanismos de censura, repressão e violência.

Algumas das dificuldades desta compreensão estão no acorrentamento do futebol, como fenômeno cultural popular e massivo, a uma tática perene de eficaz manipulação política. Não haveria outro caminho que não conduzisse ao seu uso como mecanismo de alienação popular. Ao assumir esse epíteto como verdadeiro as experiências associadas o esporte são reduzidas a um devir político previamente definido, do qual não há escapatória, apenas a determinação do estado autoritário. Desse modo, são ignorados os múltiplos desdobramentos da modalidade, sobretudo aqueles que permitem as suas conexões políticas mais evidentes, como o envolvimento popular, a amplitude de discursos nos meios de comunicação massiva e a organização das estruturas administrativas do futebol.

² Os trabalhos de Agostino (2002) e Franco Junior (2007) são basilares nesse sentido. Ainda que reconheçam e valorizem os desdobramentos socioculturais da modalidade, em suas análises políticas ainda pecam na submissão do esporte a gerência de governos autoritários.

A famigerada substituição de Saldanha por Zagalo, considerada comumente como arquétipo maior da interferência do regime, é um dos momentos que não pode ser deslocado de um emaranhado mais amplo de relações, no qual o interesse do regime pela seleção compõe um dos pontos de pressão sobre o treinador.

Cabe lembrar que alguns discursos consideram Saldanha como um comunista histórico³ e sustentam que o técnico manteve posições contrárias ao regime militar. Alguns pesquisadores e biógrafos assumem, inclusive, que João cultivava ligações com militantes armados de esquerda durante o período em que dirigiu o escrete nacional. Enquanto ocupava a função também teria feito declarações a jornais internacionais denunciando a repressão e a tortura no país (SIQUEIRA, 2007, p. 320). Diante dessas suposições, haveria até mesmo a preocupação por parte do governo de que o técnico aproveitasse alguma entrevista coletiva durante o mundial para retirar uma lista do bolso com os nomes de diversos presos políticos (AGOSTINO, 2002, p. 160).

Sem dúvida, a posição ocupada por Saldanha à frente do escrete demandava cuidados. Porém, a discordância e oposição à ditadura pouco apareceram em suas colocações como cronista ou comandante da seleção. Antes disso, manteve uma crítica constante e eloquente sobre as deficiências na estrutura e organização do esporte nacional, em confronto direto com dirigentes de clubes, federações e da própria CBD⁴. Nesses termos, o temperamento arredo e a atitude relativamente livre do treinador consistiam antes em uma preocupação institucional da entidade esportiva, então presidida por João Havelange, do que do governo autoritário presidido por Médici.

A segunda edição do semanário esportivo Placar, lançado no embalo do vindouro campeonato no México, trazia como uma dos temas centrais justamente a troca do comando técnico da seleção. Ao enumerar os principais elementos que levaram a derrocada de Saldanha, não descartaria o olhar do regime sobre o escrete:

A queda de João Saldanha foi nascendo ao mesmo tempo em que ele se transformava no João-Sem-Mêdo, no João-Língua-Solta, no João-das-Feras ou no João-Quixote. Enquanto deixava de ser apenas o João-Técnico, Saldanha dava motivos para que fosse derrubado. Na noite de 17 de março, esses motivos eram quatro: 1) brigas com a Comissão Técnica; 2) liberdade “tática” excessiva aos jogadores, a qual mais tarde obrigou-o a virar-se contra eles; 3) falta de organização tática na Seleção; 4) interesse do governo pela Seleção. (*Placar*, n. 2, mar. 1970, p. 8)

Apesar de elencar a preocupação dos militares a reportagem não especifica qual seria a ação do governo sobre a CBD ou sobre o selecionado. A publicação lembraria, inclusive, que o momento conturbado vivido pela equipe foi motivo de reunião entre o Ministro da Educação Jarbas Passarinho, o presidente do CND general Elói de Menezes⁵, e João Havelange. O Ministro teria convocado o mandatário da CBD para

³ De acordo com Siqueira, os dados sobre o ingresso de João no Partido Comunista são imprecisos devido a falta de registros sobre a filiação, uma vez que durante este período o partido encontrava-se na ilegalidade. As datas obtidas em entrevistas e outras declarações sobre Saldanha variam entre os anos de 1935 e 1942 (SIQUEIRA, 2007, p. 95).

⁴ Confederação Brasileira de Desportos, antecessora da CBF na gestão do futebol no país.

⁵ O Conselho Nacional de Desportos foi criado em 1941 durante o Estado Novo varguista. A instituição era vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, possuía o poder de fiscalização, normatização e organização sobre todas as atividades

pedir a resolução crise, mas não teria exigido a demissão de nenhum integrante da comissão técnica brasileira⁶:

Por enquanto a CBD está recebendo uma intervenção “fria”, iniciada logo depois da conversa de Jarbas Passarinho com Havelange e Elói Menezes, em Brasília, na quarta-feira, da semana passada. Nesse dia, Passarinho exigiu o fim da “Crise-Saldanha” de qualquer maneira. Não pediu o afastamento do técnico, nem de Antônio do Passo, nem de ninguém. Exigiu só o fim da crise, que Havelange pensou acabar derrubando Saldanha. (*Placar*, n. 2, mar. 1970, p. 7).

Deste modo, a decisão de solucionar o problema com a demissão de Saldanha teria sido uma iniciativa do próprio Havelange, sob significativa pressão política, e não uma ordem direta do governo federal, muito menos do general Médici. O temor de uma possível intervenção recaia principalmente sobre os órgãos diretivos da entidade esportiva, particularmente à administração de seu presidente. A mesma revista *Placar* destacaria que Havelange preocupava-se com a possibilidade do “governo virar-se contra ele” (*Placar*, n. 2, mar. 1970, p. 8).

Sem dúvida a substituição de Saldanha por Zagalo foi permeada por uma decisão política. Porém uma decisão que diz mais a respeito às próprias configurações da administração esportiva, sobretudo futebolística, tal qual se apresentavam naquele momento, do que aos interesses da ditadura militar. Como nos lembra Ronaldo Helal (1997), a organização esportiva apresentava um caráter dual, marcado pela alternância de um racionalismo pragmático com conservação de uma flexibilidade social, sustentada por laços afetivos clientelistas e interpessoais. Um tensionamento que em muito se assemelhava aos dilemas sócio-políticos nacionais.

A manutenção dessa estrutura deficitária convergiu com os interesses políticos do regime ao mesmo tempo em que permitiu a sustentação das posições de poder já estabelecidas no interior da gestão desportiva nacional. Afinal de contas, os sujeitos envolvidos na gerência do esporte nacional, em sua grande parte, compartilhavam dos mesmos preceitos políticos e ideológicos defendidos pela autoproclamada revolução inaugurada em 1964.

Outro aspecto importante na abordagem deste momento reside nas leituras propagadas a partir do êxito esportivo e da comoção popular em torno da seleção e da conquista do tricampeonato. O vasto aparato propagandístico empregado na administração Médici não vacilaria em canalizar o fervor ao redor do mundial. Em especial seu potencial latente como aglutinador de sentimentos de pertença e identificação nacional. A narrativa oficial, perceptível em diferentes meios de comunicação massiva, capitalizou os significados nacionais do futebol em prol dos projetos políticos e concepções ideológicas do regime. Desse modo, a mobilização ocasionada pelo festejo do título, inclusive com a efusiva comemoração nas ruas a cada

esportivas no país, submetendo-as a tutela estatal. Embora não fosse uma criação da ditadura militar, o órgão compunha um instrumento legal e institucionalizado de controle e intervenção sobre a esfera esportiva (COSTA, 2006).

⁶ Ainda de acordo com a reportagem da *Placar* o alvo principal das preocupações do ministro seria o então chefe da delegação Antônio do Passo, sob a acusação de estar “se beneficiando do futebol em proveito próprio e ‘deteriorando’ seu comando perante os jogadores da Seleção pelo abandono em que subitamente deixou João Saldanha” (*Placar*, n. 2, mar. 1970, p. 7)

vitória no certame, convertia-se em exemplo de comunhão nacional, enquanto o presidente-general reduzia as distâncias para mesclar-se ao imaginário popular como um torcedor-comum.

Novamente, a dificuldade em tomar a ação do Estado como exemplo da submissão do futebol ao regime repousa na desconsideração das particularidades históricas que permeavam tanto a trajetória do esporte no país quanto à sociedade da época. Diante de uma tradição analítica incapaz de estender os espaços de debate político para além de suas fronteiras comuns, assumir o discurso oficial elaborados sobre a Copa de 1970 como um aparo efetivo de manipulação acaba por assinalar um duplo pressuposto: de um lado a ignorância de alternativas narrativas concorrentes ou conflitivas; de outro a subestimação da capacidade de conscientização política da sociedade, como se o envolvimento afetivo com o esporte fosse sinônimo de uma inaptidão na percepção e reflexão sobre o cenário sociopolítico, seja ela favorável ou contrária ao governo vigente.

Ciente da impossibilidade de abordar adequadamente esta questão, assim como o episódio que envolveu a abrupta mudança de Saldanha a Zagalo, passaremos rapidamente por dois exemplos de interpretações presentes nos veículos de imprensa do período. O primeiro extraído de uma das muitas reportagens produzidos pela revista Manchete com motivo do mundial. A segunda uma coluna do jornalista Paulo Francis ao hebdomadário alternativo O Pasquim, em um breve comentário logo após a conquista do tricampeonato.

Uma das principais magazines de diversidades e entretenimento do país, Manchete incorporava o rol de publicações consensuais ao regime. No período que circundou a Copa do México, não foram poucos os momentos em que o periódico contribuiu no processo de associação do futebol aos ideais de nacionalidade pretendidos pelo governo. Isto não significa que não houve espaço para produção de algumas reflexões quanto às possibilidades narrativas de vinculação do tricampeonato ao quadro político vigente.

Este é justamente o mote principal do artigo “Da Unidade Nacional em torno de um Caneco”, que abria a edição da primeira semana de julho e trazia uma vasta cobertura sobre o retorno do selecionado campeão ao país. Neste texto o jornalista Murilo Melo Filho discorre sobre a conquista do tricampeonato paralelamente às tensões políticas e sociais. Enquanto as representações políticas estão fragmentadas, o futebol surgiria como fenômeno capaz de unificar a população em prol de um sentimento de orgulho e apoio nacionais, os quais poderiam impulsionar o desenvolvimento do país. O sucesso alcançado nos gramados é reiterado pelo instante de relativa estabilidade econômica e pelo aumento do poder de compra. Na leitura proposta, o êxito esportivo sob o signo do nacionalismo contribuía para restituir um vínculo perdido entre governo e população:

Reconstituía-se (por algum tempo?) a unidade nacional em torno de um caneco. Restabelecia-se o clima de euforia, animação, otimismo e confiança, dentro da tese segundo a qual povo motivado é povo feliz. E ao contrário do que sempre acontece, desta vez eram as massas, com o futebol que imprimiam às elites novas normas de procedimento.
Aumentaram as vendas. Ressurgiu o dinheiro. Nunca se comprou tanto. [...]

Com a inflação ou sem ela, a verdade é que a nação se reencontrou consigo mesma. O governo passou a jogar e a deixar jogar, num esquema de sanfona: todos atacando e todos defendendo, dentro do mais moderno sistema de futebol solidário, unitário, coletivista, de competição, num time sem vedetes e sem estrelas. (*Manchete*, n. 951, jul. 1970, p. 21)

A analogia entre futebol e política, quase como símbolos complementares do avanço nacional, favorecia a construção de uma imagem positiva do governo diante da população. Ao ser retratado como fenômeno aglutinador, embora originário de um espaço autônomo apropriado pela ação popular, o futebol forneceria os aparatos simbólicos passíveis de serem instrumentalizados pela ditadura. Ainda assim, é importante salientar que o próprio autor duvidava da perenidade do sentimento de unidade – o qual sequer existiria anteriormente –, promovido pela comoção em torno do êxito esportivo. De certo modo, o tom adotado no texto parece atribuir ao governo a incumbência de sustentar nos planos político e econômico, em uma provável referência ao surto desenvolvimentista conhecido como milagre, o momento de coesão e integração nacionais despertados pela mobilização em torno do futebol.

No breve trecho abordado, *Manchete* assume uma postura favorável à aproximação entre a conquista do tricampeonato e o governo chefiado pelo General Médici. O que não significa dizer que houve necessariamente uma ingerência do regime sobre tais publicações. Afinal, parte da imprensa, como no caso deste periódico, compartilhava de um mesmo arcabouço político ideológico com a ditadura. Assim, a associação, sob o viés da mobilização da população em torno de uma ideia unitária de nação, entre o futebol e o governo na locução da revista coincide antes com a especificidade de seu posicionamento político.

Outras perspectivas sobre a conquista nacional podem ser contempladas através dos artigos publicados no semanário alternativo *O Pasquim*. Em um sentido oposto ao verificado em *Manchete*, os discursos adotados advertem um tom mais crítico quanto à repercussão política e social do tricampeonato. Artigos, charges e entrevistas ao mesmo tempo em que louvavam o título sob o plano esportivo, enaltecendo a tradição cultural atribuída ao jogo, questionavam a dimensão social adjudicada ao evento. O futebol é tanto valorizado como fenômeno cultural significativo, quanto criticado por servir como forma de alienação política e ocultar desigualdades sociais.

A edição nº 54 do periódico, de julho de 1970, trazia várias seções abordando a temática. Em uma delas o jornalista Paulo Francis discutiu brevemente a ampla comoção popular na comemoração do tricampeonato mundial. Apesar de curto, o comentário contrastava a exaltação passional proporcionada pelo futebol com a apatia popular diante do cenário político instalado com o golpe de 1964. Sob o formato de uma crítica velada ao regime, também permanecia implícita a percepção do futebol como fenômeno capaz de cativar as massas. A euforia desencadeada pelo título constituiria um espaço paralelo de realização, crítica e contestação, servindo como uma fuga à triste realidade cotidiana. Diante da opressão política, que limitava a possibilidade de expressão no espaço público, o futebol surgiria como caminho viável à plena manifestação popular:

A multidão nas ruas, depois das vitórias brasileiras na Copa do Mundo, estariam somente celebrando o futebol? Nada de comparável aconteceu em 1958 e 1962. Nem o fato do Tri ou da posse definitiva da taça explicam de todo a arruaça, pois arruaça foi. Havia algo mais, óbvio e inconsciente. Desde 1964, esta foi a primeira vez que o povo se sentiu unido em torno de um objetivo nacional. A inexistência de veículos de extravasão política, o tédio, o medo, e a miséria da vida do Brasil de hoje encontraram um antídoto nos nossos 11 jogadores em campo. Eles saíram daqui desmoralizados como nós. Lá fora, se reencontraram, talvez porque livres da nossa opressiva atmosfera doméstica, e a gente, por procuração, partilhou esse estado de espírito. Agora acabou, mas ficaram alguns sinais na parede para quem sabe lê-los. (*O Pasquim*, n. 54, jul. 1970, p. 25).

Argentina 1978: a organização do evento como espaço de disputa política

Em muitos aspectos a Copa de 1978, na Argentina, se assemelha ao que foi o impacto do mundial de 1970 no Brasil. Ambos se desenrolaram durante os instantes de maior domínio e violência de suas respectivas ditaduras. Os esportes se sagraram campeões nos torneios e as populações, em parte motivadas pelas fluentes locuções dos meios de comunicação, acompanhavam entusiasmadas as partidas e saíam às ruas para celebrar as vitórias. De maneira análoga, demarcaram instantes onde o futebol foi empregado pelo discurso oficial como mecanismo de propaganda. Também representaram, sob o senso comum, os arquétipos do uso político do futebol como instrumento privilegiado de alienação popular durante as ditaduras. Instrumento não só pelo uso discursivo mas também, como já antecipamos no debate anterior, pela afirmação de uma ingerência direta sobre o andamento do esporte.

Tal como ocorre nos estudos sobre a temática esportiva no Brasil, boa parte das obras de referência sobre o momento foram produzidas a partir de lugares posicionados fora do espaço acadêmico, notadamente tributárias do esforço de investigação jornalística⁷. Sem dúvida a emergência destes trabalhos tem sido de grande importância na conformação de um campo de estudos sobre o período, porém ainda se fazem necessários trabalhos que se comprometam com novas possibilidades de leitura e análise do momento.

Entretanto, os distanciamentos entre ambos os momentos parecem mais marcantes e significativos do que suas proximidades. A começar por uma diferença fundamental, a qual reconfigura toda intrincada teia de forças estabelecida no período ao redor do futebol: a competição foi realizada na Argentina. Embora possa parecer uma constatação simples, ela demarca uma situação sem igual na relação entre a ditadura com o esporte. Se no Brasil a preocupação se restringia a seleção, como catalizador de ideais de nação e identidades projetados pelo regime, na Argentina a preocupação central se dava com a organização do evento. Ao menos nos primeiros anos da ditadura de Videla, a preocupação com a seleção estava legada a um segundo plano⁸.

⁷ Entre estas obras podemos enumerar os trabalhos de Abel Gilbert e Miguel Vitagliano (1998), Pablo Llonto (2005), Fernando Ferreira (2008) e Ricardo Gotta (2008).

⁸ Embora haja uma suspeita permanente quanto a intervenção da ditadura sobre os jogos do mundial, em especial o célebre 6 x 0 diante da seleção peruana que classificou a equipe argentina para a final, optamos por não aborda-los aqui. Isto se deve tanto ao espaço reduzido do artigo, com os riscos inerentes de não conseguir fugir de sua apreciação comum, quanto a opção por dar ênfase a outros aspectos do evento. Inclusive por considerar o processo de organização do Mundial por parte do regime um dado concreto e impactante, cujos desdobramentos são recorrentemente desvalorizados nos processos de análise.

Como assinalam Gilbert e Vitagliano (1998), a escolha do país platino já havia ocorrido em 1966, durante o congresso da FIFA na Inglaterra. Porém, a conturbada conjuntura política que se seguiu na Argentina, com a inauguração da ditadura do general Onganía, do general Lanusse e o breve interstício peronista que precedeu o golpe de 1976, dificultou o andamento das obras e a apropriação efetiva do evento pelos governos precedentes.

Logo após a instituição da ditadura, a organização da Copa pouco havia avançado e os questionamentos, sobretudo diante do perturbado cenário político e econômico, reverberavam tanto interna quanto externamente. Com o tempo escasso para a conclusão dos serviços cabia ao novo governo sentenciar se a competição ainda ocorreria no país. A assertiva positiva foi sintomática. Para além de dar continuidade aos planejamentos previstos, a ditadura reformulou todo o aparato institucional responsável pelo evento. Mais do que simplesmente herdar mundial, o *Proceso*, sobretudo a partir da centralidade concedida ao EAM 78⁹, o reivindicou para si como um projeto político nacional (ARCHETTI, 2004, p. 177).

Do ponto de vista organizacional, a Copa do Mundo de 1978 não pode ser desvinculada do *Proceso de Reorganización Nacional*. Reconhecer isso, entretanto, não significa submeter o futebol a simples instrumentalização política, alienante e acrítica, da ditadura militar argentina. Embora não possamos negar a proposta de construção narrativa de um imaginário nacional, nem a tentativa de projeção de uma determinada imagem do país, há um elemento que não pode ser ignorado e adiciona, ainda mais, complexidade a esta conjuntura: a conexão entre a ditadura e o mundial sempre esteve, de alguma forma, explícita.

Durante a primeira metade de 1978, com a aproximação eminente do certame em junho, a Argentina se converteu em temática privilegiada entre os meios de comunicação internacional. Ao mesmo tempo em que a Copa colaborava para a divulgação do país nos moldes ideados pelo regime, também fomentou o debate sobre o governo de Videla. Organizações diversas, como a Anistia Internacional, acusavam a tortura de prisioneiros políticos em presídios e centros de detenção clandestinos, além de trazer a tona listas infundáveis com milhares de desaparecidos (FRANCO, 2005).

Porém a iniciativa mais conhecida, e que obteve uma repercussão bastante exitosa, foi a proposta de boicote lançada a partir da organização do COBA¹⁰, na França. Embora a ideia tivesse sido lançada nas páginas do jornal francês *Le Monde*, pelas mãos do artista e escritor Marek Halter, foi sob a tutela do COBA que a crítica ao regime ganhou força. O movimento logo se espalhou por grande parte da Europa ocidental, desenvolveu ramificações em países como Bélgica, Espanha, Holanda, e adquiriu espaço em veículos de imprensa ao redor do globo. O coletivo reunia integrantes distintos, desde grupos envolvidos com a defesa

⁹ O Ente Autárquico Mundial 78 (EAM 78) foi criado em julho de 1976, através do decreto-lei n. 21.349, como organismo subordinado ao Poder Executivo Nacional, nesse momento chefiado pela própria junta militar, com a tarefa de centralizar e levar a cabo toda a organização da Copa do Mundo na Argentina.

¹⁰ *Comité de Boycott du Mondial de Football en Argentine.*

de direitos humanos, passando por partidários de mobilizações revolucionários de esquerda, marxistas ou não, exilados políticos egressos da luta armada, círculos de solidariedade aos países latino-americanos, até simpatizantes em geral.

Como destaca Marina Franco (2005), o boicote em si não se efetivou, uma vez que nenhum dos países classificados deixou de participar do torneio, mas as ações engendradas pelo COBA contribuíram para colocar a imagem pretendida pelo regime em cheque, ao divulgar a dura repressão comandada pelo Estado militar. Sob a ótica do movimento nem o futebol ou o mundial, normalmente retratados sob o viés do espetáculo e da alienação das massas, configuravam o centro do debate. Antes disso, serviam de disparadores para a discussão do autoritarismo no país sul-americano, bem como à propagação dos ideais políticos-ideológicos revolucionários que defendiam. Inversamente a sua própria crítica, a qual tomava o esporte sob a leitura da manipulação e inconsciência política, foi justamente através do apelo cultural, massivo e passional despertado pelo futebol que o contexto repressivo vigente na Argentina ampliou seu escopo como problema público.

Nesse sentido, as narrações construídas sobre o mundial, sobretudo internamente pelos meios de comunicação, não estavam incólumes as críticas proferidas contra o regime, especialmente no exterior. As acusações direcionadas ao *Proceso* eram conhecidas e a organização do mundial ampliou sua área de circulação. Embora o quadro repressivo e censório filtrasse a maneira como o debate chegava à população, inclusive com a ressignificação sob a roupagem de uma campanha anti-argentina, estes discursos eram amplamente conhecidos entre os representantes da imprensa, os quais contavam com correspondentes em diferentes países, sobretudo europeus, onde a profusão da campanha e o fluxo de exilados políticos era suficientemente grande para ser simplesmente ignorado.

Deste modo, muitas reportagens produzidas pela imprensa da época, caso das revistas *Gente* e *Somos*, em defesa do mundial e acusando o movimento de ser conspiração subversiva com o intuito de desvalorizar o país, assinalam antes a convergência política e ideológica destes veículos com a ditadura do que uma manipulação por parte do governo. De acordo com o sociólogo Pablo Alabarces (2002), uma das formas de protesto mais contundentes ao mundial foi o que empreendeu a revista *Expreso Imaginário*, publicação cultural de grande impacto sobre a população jovem do período. Diante das complicações para tecer sua crítica ao evento optou pelo silêncio absoluto sobre o mundial, uma ausência de fala que dizia muito sobre sua posição política no momento.

Nesse quadro, talvez o exemplo mais impactante dos variados processos de disputas políticas efetuados em torno do futebol, seus vínculos culturais populares e afetivos foi o proposto pelo *Movimiento Peronista Montonero* (MPM), uma das principais organizações de oposição e luta armada contra a ditadura. A partir do exílio no México o grupo criou sua *Comisión Especial Mundial 78*, a partir da qual proferiu sua própria compreensão sobre a copa, o futebol no país e a proposta de organização levada a cabo pelo regime.

Contrariando a visão que assinalava a participação institucional do MPM no boicote, e mesmo o próprio boicote, o grupo defendia a realização do mundial no país. Uma postura que valorizava o vínculo popular, e legítimo, da população argentina com o esporte ao passo que a convidava, junto com o grande número de jornalistas estrangeiros, a denunciar os abusos autoritários do regime.

El escenario futbolístico en Argentina, lejos de servir como mero instrumento de distracción a las masas populares, ha sido en muchas ocasiones caja de resonancia del descontento social. Esta misma dictadura ha visto como las grandes multitudes de los estadios, movidas por una genuina pasión deportiva, han sido capaces también de expresar su pasión política en estribillos que condenan a la minoría en el poder. Nada, pues, tiene que temer el pueblo de la realización del Mundial. No hay razones que puedan llevar al Movimiento Peronista Montonero a impedir que los argentinos – con todas las restricciones económicas y de control impuestas por la dictadura – sean espectadores de la Copa. (*El Movimiento Peronista Montonero frente al mundial 78*, México, mar. 1978, p.1)

De certa maneira, tanto o MPM quanto o *Proceso* reconheciam as possibilidades inerentes à realização de um evento midiático como o mundial aliado a passionalidade desperta pelo futebol. Cada um tentou operacionaliza-lo em acordo com seus propósitos e posições políticas. Ao passo que o governo militar reclamava a Copa como um projeto particular, assumindo o controle de sua organização, o grupo revolucionário tomava-a como lugar de manifestação popular indevidamente apropriada e corrompida pela ditadura. Assim, Montoneros subvertia a lógica propagandística da competição para demonstrar a violência, a repressão e a insatisfação popular com o regime. O convite ao confronto da imagem tencionada pelo Processo e a denúncia sobre a situação argentina era retratada na principal consigna lançada pela Comissão: “*cada espectador del mundial un testigo de la Argentina real*” (*El Movimiento Peronista Montonero frente al mundial 78*, México, mar. 1978, p.2).

Considerações finais

Apesar da breve passagem sobre os dois momentos, tentamos evidenciar alguns aspectos distintos com relação às ditaduras militares brasileira e argentina e os mundiais de 1970 e 1978. Em ambos os casos o êxito esportivo foi propagado como um feito nacional, em consonância com a identificação e forte envolvimento emotivo popular, devidamente operacionalizado pelos governos vigentes. Reconhecer o interesse sobre a modalidade, principalmente em seu apelo massivo, não significa que o processo tenha sido simples ou plenamente eficaz.

Os vínculos emocionais fomentados pelo futebol, especialmente ao evocar sentimentos de pertencimento, fazem com que o esporte se converta em um espaço de disputas políticas, seja em contextos autoritários ou democráticos. Sob tal perspectiva, as narrativas sobre a identidade nacional adquirem importância estratégica, seja como forma de aproximar-se da população, buscar um senso de legitimidade ou propagar ideais hegemônicos ou revolucionários. Ao reduzirmos a leitura destes eventos à ação destas ditaduras os demais atores envolvidos no processo, inclusive parte da sociedade mobilizada de alguma forma pelo evento, são tanto desconsiderados quanto vitimizados. Do mesmo modo, corre-se o risco de

ignorar as particularidades históricas e culturais que permeavam o futebol, seus vínculos socioculturais e afetivos nesses contextos específicos.

Referências

- AGOSTINO, G. *Vencer ou Morrer: Futebol, Geopolítica e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- ALABARCES, P. *Fútbol y Patria: el fútbol y las narrativas de la Nación en la Argentina*. Buenos Aires: Prometeo, 2002.
- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-84)*. Bauru: Edusc, 2005.
- ANSART, P. Em defesa de uma Ciência Social das paixões políticas. *História: Questões & Debates*. Curitiba: Ed. UFPR, v.17, n. 33, p. 145-162, jul. / dez. 2000.
- ARCHETTI, E. El mundial de fútbol de 1978 en argentina: victoria deportiva y derrota moral. *Memoria y Civilización*, n. 7, 2004, p. 175-194.
- COSTA, M. da S. D. Futebol e política na era Vargas (1930-1945). In. SILVA, F. C. T. da; SANTOS, R. P. dos (Org.). *Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2006.
- FERREIRA, F. *Hechos pelota: el periodismo deportivo durante la dictadura militar 1976-1983*. Buenos Aires: Ediciones Al Arco, 2008.
- FICO, C.; FERREIRA, M. de M.; ARAUJO, M. P.; QUADRAT, S. V. (orgs.). *Dictadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- FRANCO, M. Derechos humanos, política y fútbol. *Entrepasados*. Buenos Aires, ano 14, n. 28, p. 27-46, 2005.
- FRANCO JR., H. *A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GILBERT, A.; VITAGLIANO, M. *El terror y la gloria. La vida, el fútbol y la política en la Argentina del Mundial 78*. Buenos Aires: Norma, 1998.
- GOTTA, R. Fuimos Campeones: la dictadura, el Mundial 78 y el misterio del 6 a 0 a Perú. Buenos Aires: Edhasa, 2008.
- HELAL, R. *Passes e impasses: futebol e cultura de Massas no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- HOBSBAWM, Eric; RENGGER, Terence (org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LLONTO, Pablo. *La vergüenza de todos: el dedo en la llaga del Mundial 78*. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2005.
- MARCZAL, E. S.. *O caneco é nosso: futebol, política e imprensa entre 1969 e 1970*. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR. Curitiba, 2011.
- NOVARRO, M.; PALERMO, V. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática*. São Paulo: Edusp, 2007.
- RIBEIRO, L. C. O futebol no campo afetivo da história. *Movimento*. Porto Alegre: UFRGS, v. 10, n. 3, p. 99-111, set./out. 2004.
- RIBEIRO, L. C. Futebol: por uma história política da paixão nacional. *História: Questões & Debates*. Curitiba: Ed. UFPR, n. 57, p. 15-43, jul. / dez. 2012.
- SIQUEIRA, A. I. *João Saldanha: uma vida em jogo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.